



v.14, n.1, 2017
Setembro-Dezembro
Dossiê 150, 100, 50

A HYBRIS COMO A ARKHÉ DO CAPITAL [HYBRIS LIKE ARKHÉ OF CAPITAL]

Jadir Antunes

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
E-mail: jdiant@yahoo.com.br

RESUMO ABSTRACT

Nosso artigo pretende mostrar que no entendimento de Marx, o sistema capitalista é um sistema regido pelo princípio daquilo que afronta o λόγος e o racional, por aquilo que na cultura grega era chamado de hybris e ananké: a violência insana e a necessidade incontrolável do destino. A violência é um princípio do capital que faz parte tanto de sua gênese histórica quanto de seu desenvolvimento moderno. A violência originária do capital inglês dos séculos XIV-XVII sobre o campesinato semi-feudal forma a pré-história do capital. A continuidade desta violência sobre os povos atrasados forma a história moderna do capital. Num caso, a violência atua para formar o primeiro capital, o capital original, noutro caso, atua para desenvolver e universalizar seu conceito. Em ambos, a violência é inevitável e inseparável do capital.

Our article intends to show that in Marx's understanding, the capitalist system is a system governed by the principle of what confronts the λόγος and the rational, by what in Greek culture was called hybris and ananké: insane violence and the uncontrollable need of fate. The violence is a principle of the capital. It makes part so much of its historical genesis as of its modern development. The original violence of english capital of the centuries XIV-XVII on the semi-feudal peasant make the pre-history of the capital. The continuity of this violence on the non capitalist nations makes the modern capital's history. In a case the violence acts to make the first and original capital, in another case to develop and universalizing its concept. In both cases, the violence is inevitable and inseparable of the capital.

PALAVRAS-CHAVE KEYWORDS

Violência e capitalismo.
Gênese histórica do capital.
Colonialismo.

Violence and capitalism.
Historical genesis of the capital.
Colonialism.

Πόλεμος πάντων μὲν πατήρ ἐστι
A guerra é o pai de todas as coisas
Heráclito de Épheso.

1 Introdução

Nosso artigo pretende mostrar de que modo a violência pode ser considerada o princípio original e ordenador do capital. A violência, em nosso entendimento, para usar uma terminologia do vocabulário filosófico grego, pode ser compreendida em dois sentidos, como *ananké* [ἀνάγκη] e como *hybris* [ὑβρις].

Ananké significa *aquilo que não pode não ser. Aquilo que não pode não ser* é aquilo sobre o qual não há deliberação, que se realiza ferreamente, necessariamente, desobstruindo violentamente todos os obstáculos que se contrapõem à necessidade e efetivação de seu vir-a-ser. *Ananké* é todo movimento regido pelo princípio da inevitabilidade e da compulsão irresistível e irrefreável. *Ananké* também pode ser associado à ideia de fatalidade e destino incontrolável. *Ananké*, deste modo, é aquela força impiedosa do destino que não poder ser evitada, controlada e dirigida conscientemente. *Hybris*, por seu lado, significa violência excessiva, fúria irracional, descontrole insano, paixão desmedida, ultraje e injúria. *Hybris* é tudo aquilo que não é regido pela medida.

Deste modo, tanto *ananké* quanto *hybris* podem ser associados ao significado de aquilo que afronta o *lóγος* e o racional. Na cultura clássica grega e ocidental, *lóγος* é associado ao significado de linguagem, discurso, diálogo, entendimento, palavra e deliberação e se opõe, assim, diretamente, à violência da *ananké* e da *hybris*. Nosso artigo, por isso, pretende mostrar que no entendimento de Marx, o sistema capitalista é um sistema regido pelo princípio daquilo que afronta o *lóγος* e o racional.

Já em *O Manifesto do Partido Comunista* de 1848, a história da civilização ocidental não aparece para Marx como a história do *lóγος*, mas sim, como a história da *hybris* e da *ananké*, da violência e da necessidade, da violência e da necessidade da luta de classes. A ascensão e o ocaso de todas as sociedades ocidentais (greco-romana, cristã medieval e capitalista moderna) devem ser explicados mediante a análise da luta e da violência recíproca entre as classes formadoras destas sociedades. Homem livre *versus* escravo e patrício *versus* plebeu no mundo greco-romano, senhor feudal *versus* servo de gleba e mestre corporativo *versus* artesão na Idade Média e patrão *versus* trabalhador na sociedade capitalista formam a base desta história, segundo Marx.

A violência da luta de classes e da história universal, contudo, não atua apenas como violência de uma classe sobre outra, mas, ainda, como violência de uma nação sobre outra. No Livro Primeiro de *O Capital*, especialmente na última seção intitulada *O Processo de Acumulação do Capital*, Marx procura demonstrar o momento em que esta violência duplamente se manifesta na sociedade capitalista: no momento de sua gênese e formação e no momento de sua expansão e universalização.

A violência que funda a sociedade capitalista não é ainda a violência da classe



capitalista sobre a classe do proletariado, mas a violência do capital em processo de formação sobre os restos atrasados da Idade Média européia. Marx denomina de violência originária ou acumulação primitiva [ursprüngliche Akkumulation] de capital esta primeira forma de violência. Esta, não tem ainda o capital como pressuposto, mas, ao contrário, é pressuposto para o capital. Uma vez constituído o capital, porém, a violência não se encerra historicamente, mas prossegue como violência do capital sobre a classe trabalhadora assalariada no interior da sociedade capitalista já formada. Ela prossegue, ainda, como violência do capital já formado sobre as nações atrasadas¹ e ainda não revolucionadas pelo capital e suas instituições, como a propriedade privada, o trabalho assalariado, a produção de mercadorias, o predomínio do dinheiro como finalidade em si mesma e a valorização do valor como princípio e resultado fundamental da produção.

Nosso artigo pretende analisar a violência do capital voltada especificamente sobre as nações e formas de produção não capitalistas. Isto é, não pretendemos aqui analisar as formas específicas de violência que o capital exerce sobre a classe trabalhadora que ele explora e domina, mas, sim, a violência que o capital exerce sobre outras formas de trabalho e sociedade ainda não capitalistas.

2 A acumulação primitiva de capital

A Economia Política Clássica explicava a origem do primeiro capital que funda historicamente a sociedade capitalista de um modo totalmente idílico e fantasioso que em nada correspondia aos fatos históricos. Em tempos muito remotos, contavam os economistas, havia duas classes de pessoas: uma era industriosa e parcimoniosa, outra era inteiramente inversa, desprezava o trabalho e dissipava no prazer o pouco que ganhava. A primeira soube acumular capital e sabiamente se converteu em eminente classe de homens de negócios. A segunda, dada sua natureza dissipadora, converteu-se em classe de trabalhadores assalariados. Esta crença infantil dominou toda a Economia Política até a época de Marx. “Na história real, como se sabe, a conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência [Gewalt], desempenham o principal papel”², diz Marx. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva, desta acumulação de capital que não é resultado do modo de produção do capital, mas, sim, seu ponto de partida, são tudo menos idílicos, diz Marx.³

A história que funda o capital é descrita por Marx como uma história violenta e assassina. A condição fundamental para a existência da sociedade capitalista é a separação do trabalhador direto das condições objetivas de trabalho. De um lado, o trabalhador deve

1 Sobre a noção de país atrasado na concepção de Marx, veja-se Hector Benoit: *A Luta de Classes como Fundamento da História*. In: Caio Navarro de Toledo (org.): *Ensaio Sobre o Manifesto Comunista*. S.P: Xamã, 1998 e *O Programa de Transição de Trotsky e a América*. In: *Crítica Marxista* nº 18. S.P: Editora Revan, maio de 2004.

2 Karl Marx: *O Capital*. Livro Primeiro. Volume I. Tomo 2. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988, pp. 251/52. Marx-Engels Werke - Band 23. Berlin: Dietz Verlag, 1972, pp. 741/742.

3 *O Capital* – Volume I, p. 251/52; MEW 23, p. 741.



aparecer como força de trabalho puramente subjetiva e proprietária unicamente de sua própria capacidade para o trabalho, deve aparecer como classe despojada da propriedade tanto da terra e dos meios e instrumentos de trabalho quanto do fundo de consumo necessário para manter um homem vivo. De outro lado, deve aparecer o capitalista como proprietário exclusivo destas condições objetivas.

A história que deve ser contada na gênese histórica do capital é a história desta separação do trabalhador da posse originária dos meios objetivos de produção. O que importa para Marx é demonstrar o processo histórico que põe de um lado o trabalhador inteiramente separado da propriedade dos meios de produção e de outro, o não trabalhador como proprietário monopolista destes meios. O que interessa é demonstrar como este antagonismo se funda historicamente.

A assim chamada acumulação primitiva [ursprüngliche Akkumulation] é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação [historische Scheidungsprozeß] entre produtor e meios de produção. Ele aparece como 'primitivo' ["ursprünglich"] porque constitui a pré-história do capital [Vorgeschichte des Kapitals] e do modo de produção que lhe corresponde.⁴

A relação capitalista tem como pressuposto o trabalhador em sua forma livre. Os trabalhadores se apresentam frente ao capitalista como homens livres no duplo sentido: primeiro “porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc.”; em segundo lugar porque “nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles”, diz Marx.⁵

Diferente do escravo antigo e do servo de gleba do feudalismo que estão presos aos meios de produção, o último fazendo parte inalienável deles, e do camponês autônomo que possui a propriedade de seus meios de produção, o trabalhador moderno é um homem totalmente alienado destes meios, estes lhe são inteiramente estranhos e pertencem ao capital. A acumulação primitiva é simplesmente o processo histórico de separação do trabalhador destes meios: do fundo social de consumo e subsistência, da terra como laboratório e fonte natural da riqueza, dos instrumentos simples de trabalho, dos prédios, da matéria-prima, do controle e conhecimento do processo de trabalho, enfim, dos meios de produção, de subsistência e circulação da riqueza. “A expropriação [Expropriation] da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de sustentação [Grundlage] de

4 O Capital – Volume I, p. 252; MEW p. 742. Sobre a noção de acumulação primitiva e seu papel na obra *O Capital* de Marx vide artigo de Delphine Blitman: *Le statut de la science dans Le Capital de Marx – étude de la section VIII du Livre I*. França: Revista eletrônica Actuel Marx en Ligne nº17 (11/03/2003). Neste artigo Blitman discorre longamente sobre a vasta polêmica que envolve a noção de acumulação primitiva em *O Capital*. Nosso artigo não tem como meta discutir este tema, mas, muito mais, esclarecer o papel da violência diretamente econômica na gênese e desenvolvimento do conceito de capital.

5 O Capital – Volume I, p. 252; MEW 23, p. 742.

todo o processo”⁶, diz Marx. A história desta expropriação, diz Marx, “está escrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo”.⁷

Essa obra da humanidade que transforma homens laboriosos e proprietários de seus meios de produção em “galinhas depenadas” (o termo é de Marx) é concebida como uma verdadeira obra de arte. “Se o dinheiro vem ao mundo com manchas naturais de sangue sobre uma de suas faces, então o capital nasce escorrendo por todos os poros sangue e sujeira da cabeça aos pés”⁸, diz Marx citando Maurice Augier, autor contemporâneo de um célebre estudo sobre a história do crédito público.⁹

3 Gênese do proletariado e da propriedade capitalista

Cabe a Marx demonstrar, então, como todos os elementos objetivos do processo de produção se converteram historicamente em capital e o trabalhador em trabalhador assalariado. Marx toma como ponto de partida para sua narrativa a história da Inglaterra, porque a história desta separação entre trabalhador e meios de produção se apresenta neste país em sua forma clássica.

Na Inglaterra, a servidão fora abolida na última terça parte do século XIV e em seu lugar surgira uma forma de produção transitória, uma sociedade de camponeses livres [freien selbstwirtschaftenden Bauern]¹⁰. Marx descreve assim a estrutura social desta sociedade: há uma vasta classe de camponeses livre-proprietários do solo que trabalha com força de trabalho familiar, chamada de *free-holders* ou *yeomanry* (classe que desaparece em 1750 com o processo de expropriação capitalista). Uma segunda classe minoritária é a dos colonos ou arrendatários livres, chamada de *gentry*, classe não-proprietária que emprega trabalho assalariado e arrenda as terras dos nobres pagando-lhes em troca renda em dinheiro. Uma terceira classe é a do jornaleiro agrícola (chamada de *cottager*), que vive nas aldeias, numa cabana (*cottage*) localizada nas terras dos senhores feudais. Cada *cottager* possui cerca de 4 acres de terra para cultivar sua horta ou jardim. O *cottager*, ainda, trabalha durante seu tempo livre como assalariado nas terras dos senhores e colonos arrendatários. A classe dominante é formada pela aristocracia feudal proprietária das grandes parcelas de terras.

A história da violência originária que separa o trabalhador dos meios de produção e funda o capital na Inglaterra é descrita por Marx em seus vários momentos determinantes: 1) o *Licenciamento das Hostes Feudais* no último terço do século XV, que concedeu aos senhores feudais o direito de expulsar de suas terras os *free-holders* e os *cottagers* convertendo estes em proletários e as terras em propriedade privada. Muito mais do que o futuro empresário capitalista, teria sido o próprio senhor feudal o verdadeiro fundador da classe do proletariado inglês. Como diz Marx, “foi muito mais... o grande senhor feudal quem

6 O Capital – Volume I, p. 253; MEW 23, p. 744.

7 O Capital – Volume I, p. 252; MEW 23, p. 742.

8 O Capital – Volume I, p. 282; MEW 23, p. 788.

9 Maurice Augier: Du crédit public et de son histoire: depuis les temps anciens jusqu'à nos jours. Guillaumin Librairie, 1842.

10 O Capital – Volume I, p. 253; MEW 23, pp. 744/745.



criou um proletariado incomparavelmente maior mediante expulsão violenta [gewaltsame Verjagung] do campesinato da base fundiária... e usurpação da propriedade comunal [Usurpation ihres Gemeindelandes]”¹¹; 2) a *Reforma Protestante* de 1536-39 que expropriou violentamente, em nome da religião Anglicana, as terras da Igreja Católica, transformando-as em capital e lançando nas fileiras do proletariado os moradores dos mosteiros; 3) a *Restauração dos Stuarts* em 1660 e a *Revolução Gloriosa* de 1688, que continuaram, após a conquista do poder político pela burguesia, o saque iniciado dois séculos antes pelo Estado aristocrático-feudal; 4) a *Lei dos Cercamentos* do século XVIII, que dava direito aos senhores feudais de presentear a si próprios as terras comunais; 5) o *Clareamento do Estado* no século XIX, que expulsou os últimos vestígios de *cottagers* e *free-holders* que ainda resistiam no interior da Escócia e Irlanda. A assim chamada *Clearing of Estates*, o processo de clarear as propriedades, de limpá-las de seres humanos, como diz Marx, provocou o despovoamento humano das terras e seu posterior repovoamento com ovelhas, que forneceriam a lã, a matéria prima fundamental para a nascente indústria capitalista de tecidos, e a transformação das terras de lavoura e alimentos em terras de pastagens. Marx cita em nota de rodapé (nota 193), a *Utopia* de Thomas Morus, que fala de um país singular onde as ovelhas devoravam os seres humanos; 6) a *Formação das Reservas de Caça da Escócia* no século XIX, que transformou em terras de caça para a nobreza centenas de acres de terras agrícolas no interior da Escócia.

Resumindo, diz criticamente Marx:

O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal clânica em propriedade privada, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros.¹²



10

As primeiras gerações da classe trabalhadora expulsas violentamente da terra não encontram diretamente acolhida nas novas manufaturas urbanas em formação. Para os que permanecem perambulando sem rumo no interior da Inglaterra e resistem a converter-se em proletários urbanos, o Estado aplica a doutrina do terror: açoite, castigo, encarceramento, enforcamento e escravidão por vadiagem. A violência e o terrorismo de Estado foi o método utilizado não apenas para expulsar o trabalhador da terra, mas, ainda, foi o método utilizado para impedir o retorno do trabalhador ao campo e forçá-lo a permanecer na cidade aceitando as novas condições sociais de trabalho.

Se, por um lado, a violência é necessária para converter o trabalhador direto e proprietário de seus meios de trabalho e subsistência em trabalhador assalariado e

11 O Capital – Volume I, p. 254; MEW 23, pp. 744/745.

12 O Capital – Volume I, pp. 264/65; MEW 23, pp. 760/761.

a propriedade fundada no trabalho em propriedade capitalista, por outro lado, ela será necessária ainda para formar a classe dos futuros homens de negócios proprietários do dinheiro. Se a Economia Política procurava explicar a origem deste primeiro capitalista virtuoso para os negócios a partir de seu próprio trabalho e perseverança, Marx procura demonstrar que esta explicação é vazia de sentido e muito distante dos grandes acontecimentos do período renascentista.

Suborno, traição, tráfico de escravos e escravização em massa, pirataria em alto mar, saque às riquezas do Estado através da dívida pública, matança de populações inteiras desarmadas seguida de pilhagem, epidemia artificial de fome e desespero para vender mais caro o produto expropriado da própria população faminta, suborno de funcionários do Estado, agiotagem e especulação com títulos da dívida pública, sonegação de impostos, sistema fiscal baseado na supertributação dos meios de subsistência da classe trabalhadora, conversão desta riqueza por parte do Estado em fontes de financiamento do capital em geral, sistema protecionista que cria da noite para o dia imensas nações industriais, comércio colonial exclusivista, são tantos os métodos *idílicos* da acumulação primitiva de capital que encheram os bolsos de riqueza dos primeiros capitalistas europeus elencados por Marx.

Em todos estes métodos, contudo, não atua apenas o gênio individual renascentista, mas, sobretudo, a força poderosa da mão do Estado que intervém abertamente e sem nenhum rubor onde não alcança a mão mais pequena do homem de negócios. A violência do Estado completa e amplia a violência individual.

Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica.¹³

A violência, por mais odiosa e revoltante que possa parecer ante nossa consciência moral, não é absolutamente condenada por Marx. O discurso e a crítica de Marx ao modo de produção capitalista e a seus agentes históricos não possuem nenhuma natureza moral. Ele aqui não condena moralmente, de modo algum, a sordidez de caráter e a brutal violência realizada pelo capital em seu nascedouro. Marx está condenando sim, a visão protestante da Economia Política que procura ideologicamente esconder a violência, apresentando a origem do capitalismo como resultado da atividade consciente de um homem moral e virtuoso.

A violência não é condenada moralmente por Marx, porque, segundo ele, desempenha um duplo e positivo papel na história do capital: por um lado, ela é a força motora do processo e, por outro, operando como uma parteira abrevia técnica e conscientemente as dores do parto – que poderiam ser maiores sem ela. A violência, ainda, é vista como uma

13 O Capital – Volume I, p. 276; MEW 23, p. 779.



força produtora da sociedade, como a força produtora das transformações.

4 O colonialismo e a expansão do capital pelo próprio capital

Uma vez convertida em força histórica e modo de produção dominante na Inglaterra, a grande indústria inglesa precisa encontrar mercado para sua produção em massa. Com a formação do capital surge a necessidade de sua expansão e universalização pelo planeta.

A conversão forçada do servo de gleba e do camponês autônomo em proletário cria historicamente não apenas a relação capitalista de trabalho, de um lado o trabalhador livre e inteiramente despojado e de outro o capitalista dono de todos os meios objetivos para a realização do trabalho, mas cria, ainda, o mercado interno necessário para o capital se desenvolver e se universalizar.

O fundo de consumo ao se separar do trabalhador direto retorna a ele novamente apenas sob a forma de capital variável. Para que o trabalhador converta esta forma de capital, que em suas mãos existe sob a forma de salário, em meios de subsistência, ele deve dirigir-se como comprador ao mercado de meios de consumo pessoal. A relação capitalista cria, deste modo, não apenas uma nova forma de produção, mas, ainda, uma nova forma de consumo. Ela cria junto com a nova forma de produção um mercado interno para seus produtos.

Na mesma medida em que converte o trabalhador, servo de gleba ou autônomo, em trabalhador livre e assalariado, o capital converte a força de trabalho, o fundo de consumo e os meios e instrumentos de trabalho em mercadorias. O segredo da criação do mercado interno para o capital reside na conversão da força de trabalho em mercadoria vendida livremente pelo próprio trabalhador. Ao se converter em mercadoria, a força de trabalho converte junto com ela não apenas seu fundo pessoal de consumo como mercadoria e elemento do capital, mas, ainda, todos os elementos fundamentais para a realização de sua atividade na forma de capital. A expropriação do camponês autônomo do campo e sua expulsão e transformação forçada em proletário urbano constituem não apenas o fundamento e princípio histórico da produção capitalista, mas, ainda, sua condição e pressuposto constantemente necessários.



12

O capital possui como seu principal consumidor ele mesmo. O capital não produz para uma terceira classe de consumidores. Ele não produz para o consumo do camponês. Este, com o trabalho familiar na terra, é autossubsistente. Para que o capital possa encontrar mercado para seus próprios produtos, ele precisa converter o produtor autônomo do campo em membro ativo do mercado. Isto só é possível convertendo-o em trabalhador assalariado e convertendo com ele o fundo de consumo familiar em capital variável, em riqueza que se afasta constantemente dele ao final do processo de produção e da qual ele se reapropria somente a *posteriori* na esfera do mercado gastando seu salário.

Como diz Marx:

De fato, os acontecimentos que transformam os pequenos camponeses em trabalhadores assalariados, e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital, criam ao mesmo tempo, para este último, seu mercado interno.¹⁴

A expropriação e a expulsão, a separação do trabalhador, antes proprietário e autônomo, da propriedade dos meios de produção, sua conversão em trabalhador assalariado e seu produto em mercadoria, separam ao mesmo tempo o campo da cidade e a agricultura da manufatura. O produtor do campo, agora trabalhador assalariado, passa então a produzir para a cidade e a cidade passa, assim, a produzir para o campo. Mas este consumidor do campo não é, de modo algum, o velho camponês autônomo, mas, sim, os novos personagens do capitalismo: o proletário assalariado consumindo meios de subsistência e o arrendatário consumindo, comprando exatamente pois quem os consome é o trabalhador durante o processo de produção, os meios de trabalho, maquinaria, matéria-prima etc. O campo, assim, encontra seu mercado interno na cidade e a cidade desafoga sua produção no campo.

Como diz Marx:

Antes, a família camponesa produzia e processava os meios de subsistência e as matérias-primas que depois, em sua maior parte, ela mesma consumia. Essas matérias-primas e esses meios de subsistência tornaram-se agora mercadorias; o grande arrendatário as vende e nas manufaturas encontra ele seu mercado.¹⁵

Antes da emergência do capitalismo, o próprio campo constituía-se simultaneamente em campo de consumo interno para seus produtos. Não apenas para os produtos agrícolas, mas, ainda, para os próprios produtos manufaturados pelas mãos da família camponesa, suas vestimentas, instrumentos de trabalho etc. Agora com o capitalismo e a divisão entre cidade e campo, este produz para a cidade e vê nela sua antiga esfera de consumo interna. Essa bipartição entre cidade e campo reflete, assim, nada menos que a própria bipartição sofrida pela mercadoria entre valor de uso e valor. Enquanto o produto possuía somente valor de uso no interior da família camponesa autônoma, o mesmo campo de produção constituía-se simultaneamente em campo de consumo. Agora, como mercadoria, o produto deve circular como valor pelo mercado e ser comprado por alguém.

Apesar de o capital surgir em meio a uma formação social não-capitalista, e não poderia ser de outro modo, o mercado interno para seus produtos é encontrado dentro de relações de consumo puramente capitalistas. O capital não se forma historicamente produzindo para nações e povos atrasados e ainda não capitalistas. Ele se desenvolve produzindo para si próprio. Os povos e classes sociais atrasadas em relação ao capital se

14 O Capital – Volume I, p. 273; MEW 23, p. 775.

15 O Capital – Volume I, p. 273; MEW 23, p. 775.

convertem em povos e classes consumidoras dos produtos do capital na medida em que são convertidos em povos capitalistas. O capital, assim, se forma e se desenvolve historicamente destruindo estas formações sociais e convertendo-as em formações capitalistas.

Uma vez constituída a sociedade capitalista na pátria inglesa, ela deve necessariamente se expandir para fora da Inglaterra. A universalização do capital pelo planeta pressupõe a destruição de todas as nações e formas de produção atrasadas e sua conversão em nações capitalistas. Os velhos modos de produção e as velhas classes do passado só poderão servir à acumulação de capital e com este transacionar se forem convertidos em sociedades modernas capitalistas. Nossa velha família camponesa só poderá intercambiar seus produtos com o capitalismo e participar desta relação mercantil se for convertida em família de produtores assalariados; conversão forçada e violenta que o capitalismo inevitavelmente realizará, pois a expansão do mercado interno só se realizará convertendo não apenas o antigo camponês subsistente da Inglaterra em membro deste novo mecanismo de mercado, mas, sobretudo, convertendo todos os povos não-capitalistas em povos capitalistas. O camponês não participa como uma terceira categoria de consumidores nesta relação. Ele só pode participar como assalariado e, como tal, ele deve deixar de ser camponês para se converter em proletário. A destruição violenta, sem consentimento e sem acordo, a destruição pela guerra e pelo comércio, das antigas formas de produção e dos antigos modos de vida torna-se necessária e inevitável, diz Marx, porque “somente a destruição [Vernichtung] do ofício doméstico rural pode proporcionar ao mercado interno de um país a extensão e a sólida coesão de que o modo de produção capitalista necessita”.¹⁶

Uma vez destruída a produção rural familiar no interior da Inglaterra e convertida a nação inteira em nação capitalista, cabe agora ao capital inglês converter o planeta inteiro numa única nação capitalista. A expansão colonial e o domínio do grande capital já formado sobre os povos atrasados se torna, então, fundamental e função histórica inevitável do capital. A destruição do Oriente, da Ásia, da América, da África e da Austrália se torna condição indispensável para a expansão do capital e sua efetiva conversão em capital mundial. A expansão imperialista do capital europeu sobre estas nações, a destruição da cultura e de todas as formas de produção atrasadas, a destruição de toda particularidade regional, se torna uma tarefa indispensável para que o capital possa se desenvolver e se universalizar como capital. A realização do conceito de capital e a transformação deste em modo de vida geral da sociedade não se processam, assim, sem a matança indiscriminada de vidas humanas e o lodo de sangue das guerras modernas.

5 A violência como ponto de partida e fim do capital

A violência e a desumanidade fazem parte da natureza interna do conceito de capital. Sua aplicação sem pudor não constitui uma marca de seu passado histórico agora abolida no presente. Onde há capital há violência, independente do tempo histórico considerado.

¹⁶ O Capital – Volume I, p. 274; MEW 23, p. 776.



Contudo, a aplicação desta violência sobre povos não capitalistas deve ser considerada sob dois aspectos diferentes: a violência posta como condição ante-diluviana e pressuposto do capital em processo de formação e a violência pós-diluviana posta pelo capital já formado que tem agora a si mesmo como pressuposto. A primeira é pressuposto para o capital, a segunda tem o capital como pressuposto.

Por acumulação primitiva, Marx concebe o período que marca a gênese histórica que funda, ao mesmo tempo em que completa, o processo de separação do trabalhador dos meios de produção objetivos. Tal processo se realiza, como já mostramos, impulsionado pela mais feroz violência do capital sobre o trabalhador.

O paradoxo da noção de acumulação primitiva de capital consiste em que ela é uma acumulação de capital que se realiza sem o capital, é uma acumulação necessária para formar o capital. Diferente da noção de acumulação primitiva de capital [ursprüngliche Akkumulation] é a noção de acumulação capitalista de capital [kapitalistischen Akkumulation]. Esta se realiza a partir da existência do capital e, por isso, o tem como pressuposto. A acumulação capitalista de capital se realiza convertendo o resultado do capital, a mais-valia, em novo capital, se realiza a partir, portanto, de um capital já formado. A acumulação primitiva de capital é a acumulação necessária para formar o primeiro capital e não parte, portanto, de um capital já formado, mas, ao contrário, parte da inexistência do capital.

Para que o capitalista possa acumular capital e se reproduzir como capitalista a partir da produção de capital é necessário que o capital esteja pressuposto. Mas a existência do capital pressupõe a existência de condições antediluvianas que o antecedem historicamente. O surgimento do capitalista pondo certa soma de recursos em circulação para convertê-los em capital, recursos que não têm origem na acumulação de capital, corresponde às condições antediluvianas do capital.

Estas condições antediluvianas, diz Marx nos *Grundrisse*:

[correspondem] a seus pressupostos históricos [historischen Voraussetzungen], que precisamente enquanto tais supostos históricos pertencem ao passado e portanto à história de sua formação, porém de nenhum modo à sua história contemporânea, isto é, não pertencem ao sistema real [wirkliche System] do modo de produção dominado pelo capital.¹⁷



Marx cita, ainda nos *Grundrisse*, a fuga dos servos para as cidades no final da Idade Média europeia como exemplo de tais acontecimentos passados que fazem parte da noção de acumulação primitiva e da pré-história do capital e que certamente não se repetiriam no futuro. A fuga dos servos se foi uma condição essencial para a formação do sistema urbano, já não seria mais, contudo, uma condição necessária para a existência real das cidades. Tal

17 Grundrisse: Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (borrador 1857-58). Volume I. Madrid: Siglo XXI Editores, 1987, p. 420. Marx-Engels Werke. Band 42. Berlin: Dietz Verlag, 2005, p. 372.

fuga, diz Marx, “corresponde, pelo contrário, a seus pressupostos passados [vergangnen Voraussetzungen], aos pressupostos de seu vir-a-ser [Voraussetzungen seines Werdens], abolidos em sua existência”.¹⁸

Porém, a fuga dos servos para as cidades continuou mesmo após a fundação do sistema urbano e do capital. Tal fuga, contudo, não nos parece que deva ser concebida como um momento da acumulação primitiva de capital, mas, sim, como um momento da acumulação capitalista de capital, como um momento posterior quando o capital já formado e caminhando sobre suas próprias pernas se volta contra o resto da Idade Média europeia e das nações atrasadas forçando-as a se converterem em nações capitalistas e campo de comércio para os produtos destas.

Do mesmo modo, podemos pensar a sobrevivência do tráfico de escravos e das relações de escravidão no interior da sociedade capitalista já formada. Estes métodos, apesar de sua semelhança com os métodos da acumulação primitiva, não podem ser equiparados a esta. Por ter o capital como pressuposto, por ter o capital já formado, portanto, estes métodos são muito mais métodos modernos da acumulação capitalista de capital que métodos da acumulação primitiva. A sobrevivência da escravidão e da dominação colonial em certas regiões do planeta se converte muito mais em condição para a conservação e reprodução do capital já formado historicamente do que método propriamente da acumulação e da formação originária de capital¹⁹. Os métodos da acumulação primitiva de capital, se por um lado fazem parte da pré-história do capital, a seus pressupostos históricos, por outro lado, permanecem atuando ainda com toda a intensidade no interior da própria sociedade capitalista já formada.

Pensemos os métodos citados por Marx como os métodos de acumulação via saque escandaloso do Estado através da privatização da riqueza pública, a política comercial protecionista dos países mais fortes economicamente, a agiotagem e a especulação internacional com títulos da dívida pública, a sonegação de impostos, a supertributação dos meios de subsistência da classe trabalhadora etc. Contudo, estes métodos já não atuam como métodos da acumulação primitiva de capital, mas, sim, como métodos modernos da assim chamada acumulação capitalista de capital, a acumulação que se realiza tendo o capital já formado e pressuposto da acumulação. A acumulação primitiva, por isso, é parte indissociável da noção de capital e de modo algum pode ser considerada como um método de acumulação já abolido historicamente pelo capital.

Como diz Rosdolsky a este respeito:

Por certo que antes de poder impor-se o modo de produção capitalista precisou-se dissociar a unidade originária entre os produtores e as condições

18 Grundrisse I, p. 420. MEW 42, p. 372.

19 Veja-se a Seção Terceira do Livro Terceiro de *O Capital* (Item: Causas contrariantes da lei queda tendencial da taxa de lucro). Veremos nesta Seção que a sobrevivência do trabalho escravo, da exploração colonial e da superexploração no capitalismo contemporâneo (todos métodos da acumulação primitiva) se converteram em métodos modernos da acumulação de capital para compensar a histórica tendência de queda na taxa de lucro média do capital em geral.

de produção, e por fim de seu 'fundo laboral', também deve haver perdido 'a função de acumular'. Deste ponto de vista, a acumulação originária é um elemento constituinte ela mesma, e por consequência 'contida dentro do conceito de capital'.²⁰

Os métodos da acumulação originária se conservam na forma modificada da acumulação capitalista de capital.

Como diz Marx:

As condições e supostos da origem, da gênese do capital [Entstehns des Kapitals], supõem precisamente que o capital ainda não é, senão que tão somente chega a ser; desaparecem, pois, com o capital real [wirklichen Kapital], com o capital que põe ele mesmo, partindo de sua realidade, as condições de sua realização.²¹

Enquanto o capital ainda não é mas almeja ser, a violência sobre os povos atrasados e não-capitalistas faz parte das condições de seu vir-a-ser. Quando este vir-a-ser já se realizou e o capital é uma realidade, tal violência não é abolida, mas deixa de ser condição para a formação do capital pois este já está formado. A violência se converte então, em condição para a expansão e para a vida do capital. Uma vez tornado realidade o capital põe ele mesmo seus próprios pressupostos, a mais-valia e a acumulação de capital com base no próprio capital. O capital agora, diz Marx, "já não parte de pressupostos para chegar a ser, senão que ele mesmo está pressuposto [ist selbst vorausgesetzt], e, partindo de si mesmo, produz os pressupostos de sua conservação e crescimento".²²

Uma vez convertido em realidade, a fúria do capital se desloca, então, contra as nações atrasadas fora da pátria nacional. Uma vez que o capital inglês tenha se apoderado de todas as forças produtivas de sua própria nação, uma vez que ele tenha destruído todas as antigas formas de produção de sua própria terra natal e convertido estas em formas capitalistas e assalariadas de produção, o capital se lança, então, com toda força e violência, sem diálogo, sem consentimento e sem λόγος, sobre as nações atrasadas fora da Europa para daí convertê-las em nações capitalistas.

Sob este ponto de vista, a descoberta e a conquista da América não podem ser concebidas, de modo algum, como fatores de crise e desagregação da sociedade medieval europeia de fins do século XVI, mas, muito mais, como expressões de um desenvolvimento mais geral do capitalismo que já se gestava no interior da Idade Média decadente.

Como diz Samuel Sérgio Salinas:

20 Rosdolsky: Génesis y estructura de El Capital de Marx: estudios sobre los Grundrisse. México: Século XXI, 1986 (pp. 316/317).

21 Grundrisse I, pp. 420/421. MEW 42, p. 372.

22 Grundrisse I, p. 421. MEW 42, p. 372.



O declínio do modo de produção feudal europeu era irreversível quando a América surge para o mundo conhecido. Não foi a descoberta do novo mundo que lançou, no Velho, os contrafortes do capitalismo, expressão da burguesia conquistadora. A descoberta americana alimentaria o processo, mas não foi decisiva. A América é mais uma consequência da expansão capitalista europeia do que um ponto de partida.²³

Esta violência praticada pelo capital inglês já formado sobre estes povos atrasados, como China e Índia, por exemplo, não deve ser concebida do mesmo modo que a violência exercida sobre o servo camponês britânico. Aqui, tratava-se de fundar os pressupostos do capital, no caso da política colonial trata-se de conquistar novos e maiores mercados pelo planeta para os produtos do capital já formado.

A acumulação de capital, diz Humberto Pérez Gonzalez:

é produto da expropriação do trabalho alheio não-remunerado e verifica-se em conformidade com as leis da produção mercantil... [a acumulação primitiva é] produto da expropriação violenta dos meios de produção aos produtores diretos, do roubo, saque, etc., da utilização de métodos extra-econômicos... [a acumulação de capital] limita-se a reproduzir os produtores diretos como operários assalariados e os capitalistas como tais, conserva as relações capitalistas de produção, enquanto... [a acumulação primitiva] converte os produtores diretos em operários assalariados, dá origem às relações capitalistas de produção, é, em resumo, o processo histórico de dissociação entre o produtor direto e os meios de produção.²⁴

Na noção de acumulação capitalista de capital, Humberto Pérez Gonzalez considera que atua unicamente uma forma de violência, a propriamente econômica apoiada sobre as leis da produção capitalista de mercadorias. Como procuramos demonstrar, a violência extra-econômica atua também sob o domínio da acumulação capitalista de capital, pois quando uma nação já desenvolvida, que tem o capital já formado como pressuposto, portanto, ataca militarmente outra nação para obrigá-la a abrir seus mercados para os produtos da metrópole ou para tomar suas terras e sua indústria, como foi o caso do domínio britânico na Índia e na China, por exemplo, ela ataca apoiada sobre a violência pura e simples sem as máscaras enganadoras das leis do mercado. A violência extra-econômica, por isso, não parece atuar apenas na noção de acumulação primitiva, mas, também, na noção de acumulação capitalista de capital. A violência puramente econômica atua apenas no interior de uma nação capitalista já inteiramente desenvolvida e em abstrato, isto é, numa nação capitalista isolada do resto do mundo e sem relação com ele.

No caso da acumulação primitiva, a violência atua para fundar os pressupostos do capital, no caso da acumulação capitalista, atua tendo o capital e sua irrefreável compulsão e necessidade por mercados sempre crescentes como pressuposto. No caso da violência sobre os servos de gleba, trata-se da pré-história do capital, no caso da política colonial trata-se da história moderna do capital. Num caso, trata-se de acontecimentos passados

²³ Samuel Sérgio Salinas: A América e O Capital. São Paulo: Editora Mar Aberto, 2001, p. 17.

²⁴ Vide: Humberto Pérez Gonzalez: Economia Política do Capitalismo: breve exposição da doutrina de Marx. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977, p. 28.



que não se repetirão, noutra, trata-se de acontecimentos modernos que se repetirão enquanto existirem nações resistentes à ação do capital já formado. Num caso, a violência atua para formar os pressupostos do capital, noutra, o capital já formado atua para criar ele mesmo seus próprios pressupostos, isto é, uma nação capitalista universal. Num caso, a violência atua para formar o capital, noutra, atua para desenvolver seu conceito. Num caso, a destruição de uma nação não capitalista específica é condição para o surgimento histórico do capital enquanto tal. Noutra caso, a destruição das nações ainda atrasadas é condição para o desenvolvimento e universalização do conceito de capital por todo o planeta.

No caso da violência originária, trata-se de fundar o capitalismo no interior de uma nação específica do planeta, a Inglaterra dos séculos XIV-XVIII. No caso da política colonial, trata-se de universalizar o capital inglês, de negar seu caráter nacional e particular e convertê-lo em realidade efetiva e mundial. Num caso, trata-se de fundar uma nação capitalista no interior do planeta. Noutra caso, trata-se de converter o planeta inteiro numa única nação capitalista. Em ambos os casos, o conceito de capital é incompatível com a sobrevivência das nações atrasadas e ainda não capitalistas. Em ambos os casos, estas nações atrasadas devem ser destruídas para que o conceito de capital possa se desenvolver. Em ambos os casos, o capital se desenvolve e se universaliza destruindo toda particularidade nacional e convertendo, através da impiedade de sua violência, o planeta inteiro numa única nação de comerciantes e industriais. Em ambos os casos, a violência e a barbárie, assim como o processo de separação do trabalhador da propriedade dos meios de trabalho, permanecem atuando como a verdadeira força motora do processo e só poderão ser negadas e abolidas junto com a negação e a abolição do capital.

6 Conclusão

Como podemos perceber, Marx está muito distante das concepções racionalista e iluminista típicas do idealismo alemão, e de toda a história da filosofia, para quem o progresso histórico e cultural do homem seria regido pelo princípio da consciência e da racionalidade.

Marx é um filósofo muito mais próximo das concepções pagãs da Antiguidade Greco-romana, para quem as paixões humanas, os desejos e os instintos eram forças muito mais vivas, mais ativas, mais reais e mais criadoras do que as potências passivas e contemplativas do λόγος.

Não foi através do λόγος, do discurso e do entendimento racional, como tentamos mostrar, que o homem ocidental elevou-se acima de sua condição primária, animal e natural, mas, sim, pelas potências violentas e incontroláveis da sua hybris, pelas potências irracionais do instinto e da paixão humana.

A violência, como diz Marx em *O Capital*, não é somente destruição e negação, mas é uma potência econômica criadora e a parceira revolucionária de toda velha sociedade sempre prenhe de uma nova e mais desenvolvida.



Foi pela guerra e, sobretudo, pela luta de classes, que o homem ocidental se despreendeu de seus antigos laços comunitários e naturais e se elevou ao nível da universalidade e da generalidade próprias do mercado de mercadorias do mundo moderno criado pelo capital.



REFERÊNCIAS

BENOIT, Hector. *A Luta de Classes como Fundamento da História*. In: Caio Navarro de Toledo (org.): *Ensaio Sobre o Manifesto Comunista*. S.P: Xamã, 1998.

BENOIT, Hector. *O Programa de Transição de Trotsky e a América*. In: *Crítica Marxista* nº 18. S.P: Editora Revan, maio de 2004.

BLITMAN, Delphine. *Le statut de la science dans Le Capital de Marx – étude de la section VIII du Livre I*. In: *Actuel Marx en Ligne* nº17. França - 11/03/2003.

GONZALEZ, Humberto P. *Economia Política do Capitalismo: breve exposição da doutrina de Marx*. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro I, volume II. S.P: Nova Cultural, 1988 (Coleção Os Economistas).

MARX, Karl. *Grundrisse: Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (borrador 1857-58)*. Volume I. Madrid: Siglo XXI Editores, 1987.

ROSDOLSKY, Roman. *Génesis y estructura de El Capital de Marx: estudios sobre los Grundrisse*. México: Siglo XXI Editores, 1986.

SALINAS, Samuel Sérgio. *A América e O Capital*. São Paulo: Editora Mar Aberto, 2001.



© Autor, com identificação do direito de primeira publicação da Revista Kalagatos.



ANTUNES, Jadir. *a hybris como a arkhé do capital*. **Kalagatos**, Fortaleza, v. 14, n. 3, set.-dez., 2017, p. 5-21.